



SANDI & OLIVEIRA
ADVOGADOS

OMISSÃO DE LICITAÇÕES MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Pregão Presencial nº 150/2021

RP COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 20.604.417/0001-70, sediada na Rua das Bromélias, 1126 -, Fortaleza Alta, CEP 89058-080, Blumenau (SC), por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

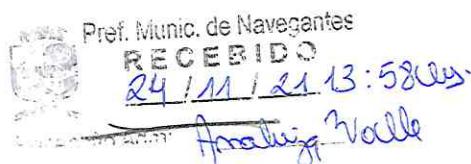
1. DOS FATOS

A RP COMERCIAL LTDA, interessada em participar da licitação Pregão Presencial nº 150/2021 que tem por objeto o registro de preços para aquisição de móveis e eletrodomésticos, analisou as previsões do edital encontrando o vício a seguir exposto:

De início, cabe destacar que o item 26, veja-se:

Cama empilhável, indicada para crianças de até 8 anos, com leito confeccionado em tecido vazado 100% poliéster de alta resistência, revestido com PVC, com tratamentos ANTI-UV, anti-fungo e anti-cloro, lavável, com costuras reforçadas para encaixe da estrutura. Suporte de peso mínimo de 50 kg, comprovado através de apresentação de relatório de ensaio físico/mecânico. Estrutura confeccionada com tubos redondos de aço ou alumínio reforçado com diâmetro de 1" e espessura de 1,5 mm, extremidades de encaixe e sistema de montagem fácil que dispense o uso de parafusos/ferramentas, sendo 02 hastes longitudinais e 02 transversais, encaixadas em 4 pés independente moldados em polipropileno, fosco com extremidades arredondadas, com orifícios para. Cor azul. Dimensões aproximadas: 1325x550x150mm. Apresentar folder e ficha técnica. Garantia mínima: 12 meses.

Ocorre que, a descrição do referido produto direciona diretamente para a marca Cequipel, tendo que vista que somente esta fabricante atende de maneira completa as especificações elencadas no descritivo, conforme segue abaixo:





SANDI & OLIVEIRA
ADVOGADOS

VOCÊ ESTÁ EM: HOME MOBILIÁRIO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL

[VOLTAR](#)

CAMA EMPILHÁVEL SONINHO



QUANTIDADE:

1

[Pedir orçamento](#)

[Aviso de Privacidade](#)

Descrição

Empilhável, indicada para crianças de até 3 anos, com leito confeccionado em tecido vazado 100% poliéster de alta resistência, revestido com PVC, com tratamentos anti-UV, anti-fungo e anti-cloro, lavável, com costuras reforçadas para encaixe da estrutura (nas laterais e uma das cabeceiras), sendo o fechamento do leito da cabeceira oposta em velcro costurado e reforçado de no mínimo 100x210mm e acabamento em viés costurado e reforçado em toda extensão das cavas. A caminha suporta até 80kg, comprovado através da apresentação de relatório de ensaio físico/meccânico. Estrutura confeccionada com tubos redondos de aço cu alumínio reforçado com diâmetro de 1" e espessura de 1,5 mm, extremidades de encaixe quadradas e sistema de montagem fácil que dispensa o uso de parafusos/fermentas, sendo 02 hastes longitudinais e 02 transversais, encapuchadas em 4 pés independentes moldados em polipropileno, fosco com 3mm de espessura, com vértices e extremidades arredondadas, com orifícios para encaixe opcional de rodízios. Cor azul.

Dimensões: 1325x650x150mm

- Como o produto destina-se ao público infantil, o mesmo possui certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 300:2004.

- Com Manual de Instruções da Montagem Uso e Conservação

Observa-se que a descrição é exatamente a mesma contida no site da fabricante, logo, de maneira lógica somente esta marca irá atender as especificações do edital, atingindo os princípios que regem a Lei de Licitações.

Em seguida, torna-se importante destacar o item 26 do edital: Exaustor 50 cm. Exaustor axial industrial, velocidade única, 50 cm, de parede. Potência de 275 w. Apresentar folder e ficha técnica. Garantia mínima: 12 meses.

Acontece que, a empresa impugnante não encontrou no mercado produto que se encaixe de modo completo as especificações contidas no descriptivo, não havendo modelo que atenda as características. Há de ressaltar que, a impugnante vem trabalhando com estes produtos há tempo e é preciso em afirmar que com as limitações exigidas o item será certamente fracassado, isso porque, nenhuma marca atenderá as exigências do produto.

Não obstante, o item 34 também contém divergência com o mercado atual:

Lavadora de roupas capacidade para 16 kg – capacidade mínima de 16 kg de roupa seca, na cor branca. Abertura superior, tampa em vidro temperado, **cesto em polipropileno**, gabinete em aço galvanizado anticorrosão, painel eletrônico, com no mínimo oito programas de seleção para lavagem, enxágue e centrífuga, seleção de nível de água, dispensador para sabão em pó, amaciante e alvejante, **centrifugação mínima de 750 rpm**, sistema de suspensão: molas helicoidais; pés: niveladores; alças laterais; agitador de dupla ação voltagem 220v. Selo PROCEL com classe A em consumo de energia. Garantia: 12 meses. Devidamente instalada e testada. Apresentar folder e ficha técnica. Garantia mínima: 12 meses.

As especificações “cesto inox” e centrifugação mínima de 750 rpm não é vendida no mercado em conjunto, com isso, é possível analisar através dos catálogos que, por exemplo, a marca Electrolux possui o cesto plástico, porém, com a rpm inferior ao exigido.



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

Já a marca Consul, possui a centrifugação de 750 rpm, entretanto, possui o cesto em inox, ainda assim havendo divergência com as informações juntadas no edital. Frisa-se que, sem a devida alteração, o item tem grande chance de ser fracassado por causa do produto que atenda de maneira completa todas as características.

Destaca-se ainda que, em anexo encontram-se os catálogos os itens mencionados para que sejam comprovados que realmente as argumentações da empresa impugnantes são verídicas.

Logo, se faz necessário elencar os valores estimados dos itens 8, 9, 10, 29, 30, 34, 35, 47 que de forma surpreendentemente, encontram-se abaixo até mesmo do valor estimado do Pregão Presencial nº 16/2020, promovido por este mesmo Município, com sessão realizada no dia 06/05/2020.

Ora, não há como um produto baixar de valor de um ano para o outro, ainda mais com a pandemia que assolou o mundo todo, com todas as matérias primas com o valor alterado, com componentes em falta e tantos outros motivos que é de conhecimento de toda e qualquer pessoa, que se diga de passagem, ainda que de forma indireta se faz presente na economia do país.

Ao comparar é possível verificar que os mesmos itens foram licitados por um valor e no referido pregão o preço encontra-se abaixo do valor já licitado pela Administração, não havendo qualquer reajuste que venha a condizer com a realizado do mercado.

Desta maneira, resta claro que diversos itens devem ser alterados, a fim de não trazer futuros prejuízos para o Órgão Licitador, isso porque, os itens mencionados acima têm grande probabilidade de serem fracassados pelo simples fato das descrições conter tanta limitação que nenhum produto atenda de maneira completa, assim como, para os demais itens não estarem com o valor estimado condizentes com o preço do mercado atual.

1.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA QUE IMOTIVADAMENTE VINCULA A FORNECIMENTO DE UMA MARCA

O art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/93, que prevê:

Art. 7º [...]

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

É o que se vê no presente caso, pois a Administração exige como requisitos algumas especificações que são exclusivas de uma única marca e que somente ela produz, sem dar qualquer justificativa. Essa decisão infringe, também, jurisprudência do Tribunal de Contas da União:



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

Abstenha-se de definir as especificações dos produtos a serem adquiridos a partir das características de marcas específicas em atendimento ao disposto no art. 7º, § 5º e 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 295/2008 Plenário).

Observe com rigor, em todos os processos licitatórios, as normas pertinentes e que, ao especificar produtos, faça-o de forma completa, porém sem indicar marca, modelo, fabricante ou características que individualizem um produto particular. (Acórdão 1034/2007 Plenário).

A especificação, no edital, de produto ou bem cuja descrição e características correspondem a modelo exclusivo de determinado fabricante, sem que haja justificativas técnicas, afronta o disposto nos artigos 3º, caput e § 1º, e 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993 c/c o art. 9º da Lei 10.520/2002. (2387/2013 – Plenário)

A reprodução de especificações técnicas mínimas idênticas às de equipamento de informática de determinada marca, em edital de licitação visando à aquisição desse item, restringe o caráter competitivo do certame, viola o princípio da isonomia e compromete a obtenção da proposta mais vantajosa. (2005/2012 – Plenário)

O estabelecimento de especificações técnicas idênticas às ofertadas por determinado fabricante, da que resultou a exclusão de todas as outras marcas do bem pretendido, sem justificativa consistente, configura afronta ao disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei 8.666/1993. (1861/2012 - Primeira Câmara)

A Administração deve abster-se de estabelecer restrições que implicitamente correspondam à fixação de marca exclusiva, tal como a não aceitação de cartuchos e outros suprimentos de informática, compatíveis, similares aos originais dos equipamentos, em obediência ao art. 3º, § 1º, I, art. 7º, § 5º, e art. 15, § 7º, I, da Lei 8.666/1993. (696/2010 – Plenário)

Desta forma, resta evidente que fere os princípios da licitação incluir especificações técnicas e injustificadamente levem a cotação de determinada marca/produto, mesmo que não esteja explícito no edital.

Entende-se, assim, que o edital deve ser alterado para que outras marcas possam participar, bastando que a Administração ajuste a especificação para possibilitar a ampla concorrência, de acordo com o apontado acima.

1.2. DO VALOR ESTIMADO INSUFICIENTE

O valor estimado de diversos itens do instrumento convocatório não segue a realizado do mercado atual, isso porque, há diversos fatores que colaboraram para o aumento de muitos materiais, consequentemente aumentando o valor final dos produtos, sendo a maior causadora a pandemia do Coronavírus, todavia, o valor estimado é completamente inexequível.

Há de ressaltar novamente os itens 8, 9, 10, 29, 30, 34, 35, 47, produtos que, ano anterior foram licitados por valores acima do valor estimado no presente pregão, não havendo



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

motivos suficientes para que estes produtos venham a baixar o preço neste ano, ainda mais perante toda a crise econômica que todos os setores enfrentam.

Nesse sentido, reiterados julgados apontam para a essencialidade na observância da premissa da aferição de preços de modo a efetivamente cumprir sua destinação de estabelecer real parâmetro de comparação e avaliação das propostas. É oportuna a transcrição de extrato do Informativo de Licitações e Contratos do TCU nº 264, de 4 de novembro de 2015, que entre considerações, alerta para a tomada de decisões com base em pesquisa de preços deficiente:

As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes. Em Representação formulada por sociedade empresária acerca de pregão eletrônico promovido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), destinado à contratação de central de serviços (service desk) para a manutenção de equipamentos, atendimento e suporte técnico remoto e presencial aos usuários dos ativos de tecnologia da informação, a unidade técnica apontou falhas na realização das pesquisas de preços para a elaboração da estimativa do valor da contratação. Em síntese, destacou a unidade técnica que a pesquisa de preços se baseara em orçamento superior à média de mercado, uma vez que a Funasa não excluía as cotações manifestamente fora de mercado, "de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, consequentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado". Apontou ainda que a pesquisa de preços teria sido restrita, considerando o amplo mercado fornecedor do serviço licitado, além da não comprovação de consultas a outros órgãos e entidades da Administração, ao sistema Compras Governamentais e demais sítios especializados, o que pode ter comprometido a qualidade e a confiabilidade da estimativa de preços construída. Ao analisar o ponto, o relator, endossando a análise da unidade instrutiva, discorreu sobre a jurisprudência do TCU acerca da matéria: "Historicamente, o TCU sempre defendeu que as estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em uma 'cesta de preços aceitáveis'. Nessa linha, os Acórdãos 2.170/2007 e 819/2009, ambos do Plenário. Tais precedentes levaram ao Guia de Boas Práticas em Contratações de Soluções de TI do TCU, de 2012, que lista uma série de fontes de informação que podem ser utilizadas para analisar o mercado com vistas à obtenção de dados sobre preços. Em reforço, o Acórdão 2.943/2013-Plenário consolidou que não se deve considerar, para fins de elaboração do mapa de cotações, as informações relativas a empresas cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, consequentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado. Todo esse esforço do TCU culminou na edição da IN-SLTI/MPOG 5/2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral". Nesse sentido, asseverou que "o argumento de que o valor do melhor lance estaria abaixo do orçamento estimativo e que, portanto, estaria atendido o princípio da seleção da proposta mais vantajosa



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

para a Administração somente merece guarda quando evidenciado que a pesquisa de preços da licitação foi feita de acordo com a melhor técnica possível para cada caso, a exemplo dos parâmetros definidos na IN-SLTI/MPOG 5/2014, o que não restou demonstrado neste processo". Considerando que os valores obtidos no pregão encontravam-se dentro da média de preços praticados por outros órgãos da Administração Pública, o Plenário do Tribunal, pelos motivos expostos pelo relator, decidiu, no ponto, apenas dar ciência à Funasa acerca da impropriedade relativa à "realização de pesquisa de preços com amplitude insuficiente [...] tendo-se obtido apenas três orçamentos, não obstante o mercado fornecedor do serviço ser vasto; e, ainda, que não se considerou a utilização de preços de contratações similares na Administração Pública e a informações de outras fontes, tais como o ComprasNet e outros sites especializados, afrontando o art. 26, parágrafo único, incisos II e III, e o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, conforme entendimento do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.170/2007 e 819/2009, ambos do Plenário". Acórdão 2637/2015-Plenário, TC 013.754/2015-7, relator Ministro Bruno Dantas, 21.10.2015.

Sendo assim, requer-se a readequação do valor estimativo dos itens pertencentes ao edital em observância aos valores estimativos de mercado.

2. DA NECESSIDADE DE JULGAMENTO DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO MESMO QUE SEJA CONSIDERADA INTEMPESTIVA

Caso a presente impugnação seja considerada intempestiva seu mérito ainda deve ser julgado, veja-se o entendimento da doutrina especializada:

De acordo com o art. 49 da Lei no 8.666 (BRASIL, 1993), a autoridade competente para a aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Assim, a anulação decorre da existência de um vício de legalidade, ao passo que a revogação se dá no âmbito da discricionariedade administrativa, por razões de conveniência e oportunidade, e desde que haja motivo superveniente devidamente comprovado e pertinente. Observe-se que, tanto a anulação quanto a revogação poderão ocorrer no curso do procedimento licitatório.

Dessa forma, no caso específico da anulação, diante da constatação de um vício de legalidade, por força do art. 49 da Lei no 8.666 e do art. 53 da Lei no 9.784 (BRASIL, 1993, 1999a), a Administração deverá realizar a anulação, porquanto se trata de um poder-dever (BRASIL, 1969b).

Quando não partir de ofício da própria Administração, a constatação do vício de legalidade poderá ser motivada mediante provocação de terceiros, não necessariamente participantes do processo licitatório. Ademais, por se tratar de questão de ordem pública, a provocação da análise do vício de legalidade por qualquer cidadão não está sujeita a preclusão. Desse modo, quanto ao vício de legalidade, a Administração deverá, ao menos, apreciar eventuais alegações advindas de cidadãos ou licitantes independentemente do prazo, seja na oportunidade da impugnação, seja durante a realização do certame. Frise-se: qualquer alegação de vício de legalidade relativo ao ato convocatório ou mesmo aos atos praticados durante a licitação deverá ser apreciada pela Administração,



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

ainda que formulada por cidadão que não seja licitante. Assim, mesmo que seja intempestiva a impugnação, a comissão de licitação ou o pregoeiro devem avaliar se a peça apresenta algum apontamento de ilegalidade nas disposições do edital.

Com efeito, em termos processuais, diante da inexistência de preclusão da alegação da matéria, o mais adequado é que o pregoeiro aprecie a impugnação, não a conhecendo por ausência do pressuposto da tempestividade, mas, em razão da autotutela da Administração, analisar de ofício o mérito concernente à eventual ilicitude nas exigências editárias. (grifou-se) (Amorim, Victor Aguiar Jardim de, Licitações e contratos administrativos : teoria e jurisprudência / Victor Aguiar Jardim de Amorim. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017 pgs.89 e 90)

Desta forma, caso a Administração entenda que a impugnação é intempestiva, deverá não a conhecer e mesmo assim julgar o mérito.

3. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer-se:

1) O recebimento da presente impugnação, julgando-a procedente e alterando as previsões do edital.

2) Que seja comunicado o julgamento obrigatoriamente pelos e-mails tiago.sandi@sandieoliveira.adv.br, bruna.oliveira@sandieoliveira.adv.br e [contato@sandieoliveira.adv.br](mailto: contato@sandieoliveira.adv.br), sob pena de nulidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Blumenau (SC), 23 de novembro de 2021.


Tiago Sandi
OAB/SC 35.917
Bruna Oliveira
OAB/SC 42.633

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8FB7-2874-00BD-6C6B> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **8FB7-2874-00BD-6C6B**



Hash do Documento

E47FE2568B41D056D8A5E98CEA28F5C9F75EA284CF318541171F57B88D88C7E3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/11/2021 é(são) :

Bruna Oliveira - 081.010.299-40 em 23/11/2021 17:41 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





OUTORGANTE: RP Comercial Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 20.604.417/0001-70, sediada na Rua das Bromélias, 1126, SEDE, Fortaleza Alta, CEP 89058-080, neste ato representado pelo seu representante Robson Patrik Soares, inscrito no CPF n. 060.597.079-39, portador do RG 5149990 residente na Rua Stuttgart, nº 152, Bairro Ponta Aguda, em Blumenau/ SC, 89050-490.

OUTORGADOS: SANDI & OLIVEIRA ADVOGADOS, sociedade de advogados inscrita no CNPJ 27.772.212/0001-43 registrada da Ordem dos Advogados do Brasil, Santa Catarina, pelo nº 3.532, estabelecida na Av. Dom Pedro II, 829, 1º andar, São Cristóvão, CEP 88509-216, em Lages/SC, neste ato representada pelos seus sócios administradores TIAGO SANDI, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Santa Catarina, pelo nº 35.917, endereço eletrônico tiago.sandi@sandieoliveira.adv.br, e BRUNA OLIVEIRA, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Santa Catarina, pelo nº 42.633 e Rio Grande do Sul, pelo nº 114449A, endereço eletrônico bruna.oliveira@sandieoliveira.adv.br, ambos com endereço profissional situado junto a Av. Dom Pedro II, 829, 1º andar, São Cristóvão, CEP 88509-216, em Lages/SC

PODERES: pelo presente instrumento a outorgante confere aos outorgados amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até o final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Blumenau (SC), 23 de outubro de 2020.



Robson Patrik Soares
RP Comercial Ltda

Av. Dom Pedro II, 829 - 1º andar, Sala 01
São Cristóvão - CEP 88509-216, Lages/SC

ts.35917@oab-sc.org.br
bruna42633@oab-sc.org.br
www.sandieoliveira.adv.br

(49) 3512.0149
(49) 991442670
(49) 999373829



CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 90672310201734906887-1
Data: 23/10/2020 13:24:21
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP09067-FF9C;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa RP COMERCIAL LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa RP COMERCIAL LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **23/10/2020 13:27:47 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RP COMERCIAL LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

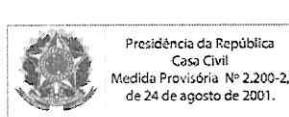
¹**Código de Autenticação Digital:** 90672310201734906887-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b888643bf123d797894ab2ec7981ac59fc1ddcc5cf60d2aad242fffeefa049a573c5b17a293cb5737df4ef120a711a8e674c4
481c34e417ac39d1de6b4f854c4f



CAMA EMPILHÁVEL SONINHO



QUANTIDADE:
1

[Pedir orçamento](#)

Like 0 Tweetar

Descrição

Empilhável, indicada para crianças de até 8 anos, com leito confeccionado em tecido vazado 100% poliéster de alta resistência, revestido com PVC, com tratamentos anti-UV, anti-fungo e anti-cloro, lavável, com costuras reforçadas para encaixe da estrutura (nas laterais e uma das cabeceiras), sendo o fechamento do leito da cabeceira oposta em velcro costurado e reforçado de no mínimo 100x210mm e acabamento em viés costurado e reforçado em toda extensão das cavas. A caminha suporta até 80kg, comprovado através de apresentação de relatório de ensaio físico/mecânico. Estrutura confeccionada com tubos redondos de aço ou alumínio reforçado com diâmetro de 1" e espessura de 1,5 mm, extremidades de encaixe quadradas e sistema de montagem fácil que dispense o uso de parafusos/ferramentas, sendo 02 hastes longitudinais e 02 transversais, encaixadas em 4 pés independentes moldados em polipropileno, fosco com 3mm de espessura, com vértices e extremidades arredondadas, com orifícios para encaixe opcional de rodízios. Cor azul.

Dimensões: 1325x550x150mm

- Como o produto destina-se ao público infantil, o mesmo possui certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 300:2004.
- Com Manual de Instruções de Montagem Uso e Conservação

Sergipe
(79) 3254 1563

[confira os endereços >](#)



EXAUSTOR COMERCIAL 50CM

» Nossos Produtos (/nossos-produtos) » Exaustores (<https://www.ventidelta.com.br/produtos/exaustores>) » Linha Comercial (<https://www.ventidelta.com.br/produtos/134/linha-comercial>)

Código: 80

Potência: 1/3 hp

Rotação: 1.550 RPM

Vazão: 6.500 m³h

Chave: Rev

Ruído: 73 db

Pressão: 18 mmca

Voltagem: Monovolt ou trifásico

Garantia: 12 meses

Hélice: Em aço estampada (peça única)

Cor: Cinza

Dimensões da Embalagem: (C x L x A): 51,5 x 24,5 x 51,5 cm

Peso bruto: 6,709 kg

Peso Líquido: 6,088 Kg

Manual do Produto

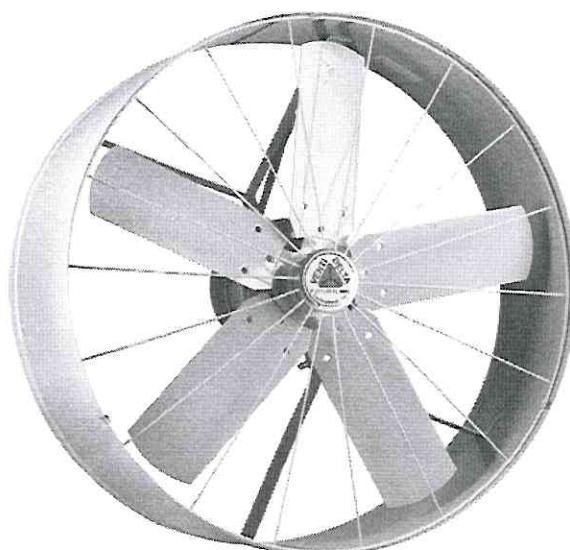
Manual_Ventidelta_Exaustor_Comercial_30_40_50_60.pdf

(https://www.ventidelta.com.br/var/userfiles/arquivos111/publico/manuais/Manual_Ventidelta_Exaustor_Comercial_30_40_50_60.pdf)

Foto em Alta

Linha-Comercial-Exaustor-50cm-Cinza.png

(<https://www.ventidelta.com.br/var/userfiles/arquivos111/publico/exaustor/comercial/alta/Linha-Comercial-Exaustor-50cm-Cinza.png>)

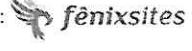


VOLTAR



Nossas Redes Sociais:

[f \(https://www.facebook.com/VentiDelta/?fref=ts\)](https://www.facebook.com/VentiDelta/?fref=ts) [yt \(https://www.youtube.com/ventideltaoficial\)](https://www.youtube.com/ventideltaoficial) [ig \(https://www.instagram.com/venti.delta/\)](https://www.instagram.com/venti.delta/)

www.ventidelta.com.br | Política de Privacidade (<https://www.ventidelta.com.br/politica-de-privacidade>) | 2021 - Desenvolvimento:  [\(https://www.fenixsites.com.br\)](https://www.fenixsites.com.br)



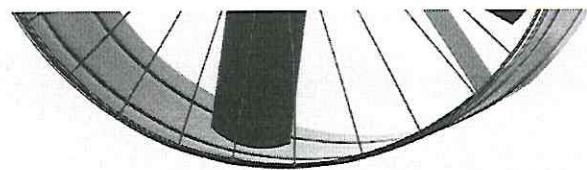
Exaustores

*Os exaustores Tron são ideais para renovar o ar de ambientes como cozinhas e banheiros.
Combatem o mau cheiro, mofo e umidade.*

Home > Exaustores > **Exaustores de Cozinha**

Exaustores de Cozinha





EXAUSTOR 500MM

Exaustores , Exaustores de Cozinha

Tamanho Disponível:

500MM

Cor Disponível:



Grafite

500mm GRAFITE

127V: 51.03-0026

220V: 51.03-0029

Bivolt: 51.03-0023

Tensão: 127V, 220V ou Bivolt

Potência: 150W

Rotação: 1750rpm

COMPARTILHAR

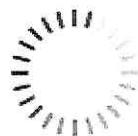


Manual do Produto

Clique ao lado para baixar o manual de instalação do produto

[Download Manual](#)

Você também vai gostar



EXAUSTOR 250MM

[Mais Detalhes](#)

VENTILADOR AXIAL

EXAUSTOR 50cm

Acesse
a pasta
do produto
no drive



PRODUTO
NACIONAL

Produto certificado

Produto com certificação no INMETRO

Instalação versátil

Em paredes e dutos de ventilação

Grade plástica

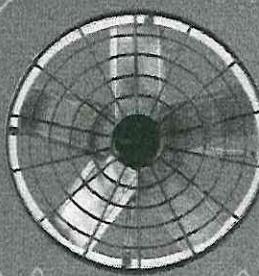
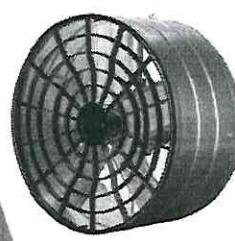
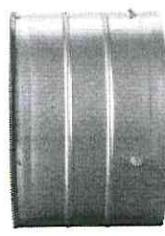
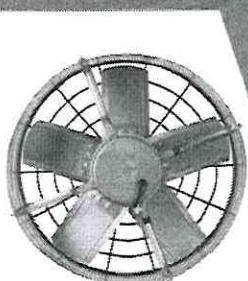
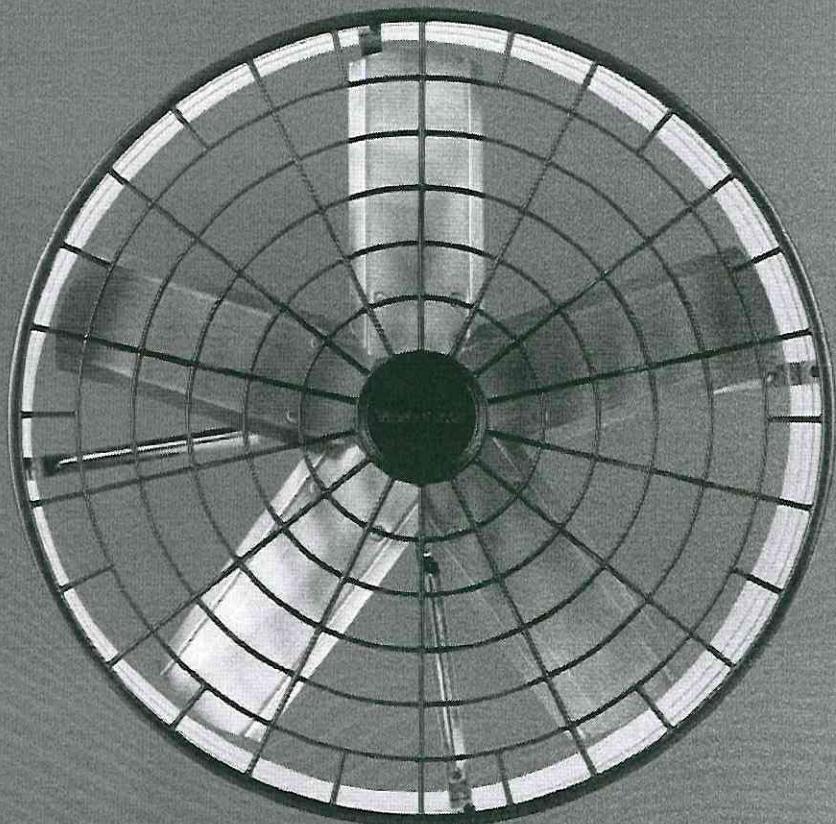
Com melhor acabamento

Grande vazão

Alta capacidade de ventilação

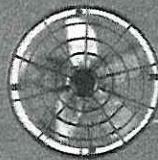
Chave de reversão

Selecione entre ventilação e exaustão



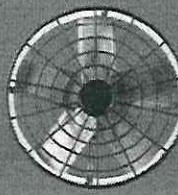
Para tubos de 500mm

MODELOS DISPONÍVEIS:



VENTILADOR AXIAL EXAUSTOR 30cm

Consulte disponibilidade



VENTILADOR AXIAL EXAUSTOR 40cm

Consulte disponibilidade



SKU	Descrição	Dados Logísticos			Dados Embalagem			Dados Técnicos					
		Tensão	Cód. de Barras	Caixa	Emp.	Peso Bruto	Peso Líq.	Cx.LxA - mm	M²	QT.	Fabric.	Pot.	RPM
444	VENTILADOR AXIAL EXAUSTOR IND 50CM 127V PREMIUM	127V	7898461960109	UN	3	4,550 Kg	4,200 Kg	513x215x515	0,0570	1	Nacional	1/4CV	1200
445	VENTILADOR AXIAL EXAUSTOR IND 50CM 220V PREMIUM	220V	7898461960116	UN	3	4,550 Kg	4,200 Kg	515x215x515	0,0570	1	Nacional	1/4CV	1200

A Ventisol reserva-se o direito de proceder, sem prévio aviso, às modificações técnicas que julgar convenientes. | Os preços e medidas dos produtos e embalagens podem ter uma variação de 1,5%. | *Valor do Envolvimento Mínimo. | **Consumo mensal para uso diário de 24h na velocidade alta. | ***Medida em [m³/h]/[W/m²]



VENTISOL | ventisol.com.br



COMO USAR SUA LAVADORA



TEMPO DOS PROGRAMAS

	LAC16	LAC15	LAC16	LAC15	LAC16	LAC15	LAC16
Normal	lh 10min	lh 17min	lh 10min	lh 56min	lh 10min	lh 38min	lh 20min
Peso/Jeans	lh 59min	lh 34min	lh 59min	lh 30min	lh 86min	lh 0min	lh 26min
Tira-Manchás	lh 26min	lh 28min	lh 25min	lh 25min	lh 43min	lh 30min	lh 59min
Limpador do Cesto	lh 19min	lh 16min	lh 53min	lh 53min	lh 13min	lh 13min	lh 44min
Roupão*							
Tênis**							

* Programa indicado para lavagem de roupas pouco sujas.
** Programas com duplo enxágue.

LIMPEZA E MANUTENÇÃO

Filtro de Fios

Peixes os fios que são eliminados dos roupas durante a lavagem. Para conservação e eficiência do filtro, recomendado-se sua limpeza após cada ciclo de lavagem.

Para a limpeza do filtro, gire (1) para (2) a tampa para cima da que descrença. No modelo LAC16, pressione as travas laterais (3) para removê-las a base do filtro. No modelo LAC15, encare o bocal externo para ser realizada. Levante a tampa (1) e, se necessário, utilize uma escova que não danifique a malha do bocal do filtro.

Para a montagem, no modelo LAC16, encare o bocal externo para ser realizada. Levante a tampa (1) e, se necessário, utilize uma escova que não danifique a malha do bocal do filtro. No modelo LAC15, solte a tampa (1) e, se necessário, utilize uma escova que não danifique a tampa fixa, certificando-se que o filtro está corretamente fechado e, recoloque o filtro no agitador.

O acumulo de fios na malha da base pode causar o entupimento do filtro.

* Não utilizar produtos de limpeza que possam danificar a malha do filtro.

Gaveta

Para retirar a gaveta pouse-a totalmente (1) e levante a parte frontal (2) soltando-as das trilhas (3). Use água, sabão, pano e uma escova pequena para limpar os restos.



Se desejar, utilize as opções extras de lavagem (TURBO AGITAÇÃO, TURBO SECAGEM e REUTILIZAR ÁGUA). Você pode utilizar a combinação que quiser:



Limpeza do cesto

Faz a limpeza da parte interna da lavadora pelo menos uma vez por mês. Coloque 1 litro de clorante (água sanitária) dentro do cesto. Selecione o nível de água "Alto" e programa "Lava e Seca de cesto". Deve a lavadora compactar círculo para garantir o total remoção do desgaste.

Esta limpeza deve ser feita para evitar manchas nos roupas, causados por resíduos acumulados na lavadora, em função do uso excessivo de sabão e amaciante.

Filtro de Água

A limpeza do filtro (conectado à mangueira de entrada da água) deve ser realizada periodicamente para evitar o entupimento da mangueira. Feche a entrada da água. Desconecte a extremidade da mangueira da torneira e retire o filtro. Limpie o filtro com um pano macio. Caso o filtro esteja danificado ou necessário substituir, entre em contato com o Serviço Autorizado Electrolux.



* Não esqueça de recolher o filtro no mangueira e abrir novamente o torneira.

* A lavadora não deve ser utilizada sem o filtro, sob o risco de danos ao produto e perda da garantia.

PROGRAMA TÊNIS

1. Retire os cinturões dos tênis. Não é necessário retira os palmilhos.

* Antes de colocar os tênis na lavadora, distribua-os no cesto, no máximo 2 pares.

* Relave os resíduos sólidos (póletes, barro, jorna de náilon, etc.) do sujado do tênis antes de coloca-los na lavadora.

* Não lave tênis com sola muito rígida, com travas ou encanadas (chinelos ou sandálias para bicicleta), calçados de segurança (com biqueirinhas metálicas ou plásticas) ou qualquer tipo de calçado que possa comprometer a lavadora e/ou os acessórios, assim como danificar algum dachile do próprio calçado.

* Não utilize alvejante e/ou amaciante para lavar tênis.

* Não coloque os cedários soltos dentro da lavadora.

2. Coloque os tênis na lavadora, distribuindo-os no cesto, no máximo 2 pares.

* Coloque o sujado no centro da lavadora, distribuindo-o sobre a sujeira dos tênis.

* Faça o tempo.

* Selecione o Nível de água "Alto" e o Programa "Tênis".

* Ligue o interruptor.

* Pos o tênis para lava os tênis da lavadora.

3. Coloque o sujado no centro da lavadora, distribuindo-o sobre a sujeira dos tênis.

* Coloque a mangueira de água na torneira e retire o filtro. Limpie o filtro com um pano macio. Caso o filtro esteja danificado ou necessário substituir, entre em contato com o Serviço Autorizado Electrolux.

* Não esqueça de recolher o filtro no mangueira e abrir novamente o torneira.

* A lavadora não deve ser utilizada sem o filtro, sob o risco de danos ao produto e perda da garantia.

Segurança • Procure os canais oficiais da marca para sua maior segurança. A Consul não envia códigos por SMS ou solicita informações pessoais via terceiros. [Saiba mais](#)



Comprar pelo WhatsApp [Novo](#) | [Sobre](#) | [Contratativas](#) / SAC 0800 970 0777 / 3003-0777 | Central de Atendimento



O que você está procura

[Entrar](#)
Acesse sua conta

[Meus pedidos](#)
Acompanhe!



Departamentos

Geladeiras

Lavadoras

Fogões

Ar Condicionado

Freezers

[HOME](#) • [ELETRODOMÉSTICOS](#) > [LAVADORA DE ROUPAS](#)

Máquina de Lavar Consul 16kg Dosagem Extra Econômica e Ciclo Edredom - CWL16AB



CWL16AB

4.5 de 5 (290)

▼ Formas de parcelamento

18% OFF

[Frete Grátis](#) [Exceto Norte](#)

[Cashback R\\$150](#) [Saiba mais!](#)

[Cupom](#) [OFF100](#)

Selecione a voltagem

110V

220V

Dica especial antes de finalizar o pedido!

Aproveite e leve também!

[Comprar](#)

COMPRA SEGURA

Digite seu CEP e calcule o prazo



e valor de entrega | Não sei meu
CEP

[Calcular](#)

Digite seu CEP:

Especificações técnicas

Medidas, itens, especificações e informações sobre o produto

Medidas

Sem Caixa Com Caixa

Largura	Altura
70,5cm	102cm
Profundidade	Peso
75,2cm	45,3kg

Itens

Capacidade (Kg)	Abertura da Tampa
16	Superior
Temperatura da Água	Pés Niveladores
Fria	Sim
Ciclos de Lavagem	Níveis de Água
16	4
Display	Marca
Eletrônico	Consul
Consumo Aproximado de Água	Filtro
12,6 litros/ciclo/kg	Sim

Centrifugação

750 rpm

Água Quente

Não

Cesto

Inox com base de plástico

Diluição Anti-mancha

Sim

Faixa Capacidade

15kg a 16kg

Display

Eletrônico

Especificações**Eficiência Energética**

A

Garantia do Fornecedor (mês)

12

Cor

Branco

Informações

Já pensou em lavar mais gastando menos? Com o exclusivo sistema Dosagem Fácil, você economiza até 70% de sabão e pó, e ainda garante que suas roupas ficam bem lavadas. Bem pensado, né? Economia e praticidade para lavar mais, gastando menos.

Downloads**Manuais e outros arquivos**[↓ Manual do Produto](#)[↓ Guia Rápido](#)[↓ Classificação Energética 110v](#)[↓ Classificação Energética 220v](#)**Compre junto com desconto**

Máquina de Lavar Consul 16kg
Dosagem Extra Econômica e Ciclo
Edredom - CWL16AB

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

ROBSON PATRIK SOARES nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 01/10/1987, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 060.597.079-39, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 5149990, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado no(a) RUA HILDO KASULKE, 386, FORTALEZA, BLUMENAU, SC, CEP 89.058-240, BRASIL.

TAINARA SOARES nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 22/01/1996, SOLTEIRA, EMPRESARIA, CPF nº 094.106.139-65, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 6141565, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado no(a) RUA HILDO KASULKE, 386, FORTALEZA, BLUMENAU, SC, CEP 89.058-240, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial RP COMERCIAL LTDA ME, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42205202891, com sede Avenida Hildo Kasulke, 386, Sala 01, Fortaleza Alta Blumenau, SC, CEP 89.058-240, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 20.604.417/0001-70, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à RUA DAS BROMELIAS, 1126, ANDAR TERREO, FORTALEZA ALTA, BLUMENAU, SC, CEP 89.058-080.

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:

COMERCIO VAREJISTA DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO; SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; COMERCIO VAREJISTA DE AR CONDICIONADO; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS; COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS; COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL; COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELETRICOS; COMERCIO VAREJISTA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA
ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

DE EQUIPAMENTOS ELETRO-PORTÁTEIS; COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, CADEIRAS E MESAS; COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS; COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA; COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÕES; COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA; COMERCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETRO- -ELETRONICOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS; COMERCIO VAREJISTA DE BICICLETAS, TRICICLOS, PEÇAS E ACESSORIOS; COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS; COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS; COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS; COMERCIO VAREJISTA DE TECIDOS; COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS; COMERCIO VAREJISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA; COMERCIO VAREJISTA DE INSTRUMENTOS MUSICais E ACES- -SORIOS; COMERCIO VAREJISTA DE FOGÕES, BATEDEIRAS, FORNOS E ARTIGOS PARA COZINHA INDUSTRIAL; COMERCIO VAREJISTA DE ROÇADEIRAS; COMERCIO VAREJISTA DE MOTOR-SERRAS; COMERCIO VAREJISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUARIO, PARTES E PEÇAS; COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS; COMERCIO ATACADISTA DE CALÇADOS; COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO; COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS; COMERCIO ATACADISTA DE MAQUNAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL, PARTES E PEÇAS; COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUARIO, PARTES E PEÇAS ; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE PERFUMARIA; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL; COMERCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO; COMERCIO ATACADISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS; COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS SIDERURGICOS E METALICOS; COMERCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS; CONSTRUÇÕES DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE; MONTAGEM DE ESTRUTURA METALICAS; OBRAS DE FUNDAÇÕES; OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM OBRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL; COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO DE SEGURANÇA DO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

TRABALHO; COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO; COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS; COMERCIO ATACADISTA DE TINTAS, VERNIZES; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTA RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS; LOCAÇÃO E VENDAS DE CONTEINER; LOCAÇÃO E VENDA DE GERADORES; LOCAÇÃO E VENDA DE ESTANTES PARA FEIRAS.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA TERCEIRA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece BLUMENAU.

CLÁUSULA QUARTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Da denominação, objeto, sede, início e prazo de duração

CLÁUSULA QUINTA - A sociedade gira sob a denominação social RP COMERCIAL LTDA ME.

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade terá sua sede na sede RUA DAS BROMELIAS, 1126, ANDAR TERREO, FORTALEZA ALTA, BLUMENAU, SC, CEP 89.058-080, podendo, entretanto, caso convenha aos interesses sociais, abrir e fechar filiais, escritórios, postos de venda e representações, em qualquer parte do território nacional, por simples deliberação dos sócios e comunicação perante os órgãos competentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - O objeto da sociedade será: COMERCIO VAREJISTA DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO; SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; COMERCIO VAREJISTA DE AR CONDICIONADO; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; COMERCIO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA
ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS; COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS; COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL; COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELETRICOS; COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-PORTÁTEIS; COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, CADEIRAS E MESAS; COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS; COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA; COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÕES; COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA; COMERCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA APARELHOS ELETRO- -ELETRONICOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS; COMERCIO VAREJISTA DE BICICLETAS, TRICICLOS, PEÇAS E ACESSORIOS; COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS; COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS; COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS; COMERCIO VAREJISTA DE TECIDOS; COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS; COMERCIO VAREJISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA; COMERCIO VAREJISTA DE INSTRUMENTOS MUSICais E ACES- -SORIOS; COMERCIO VAREJISTA DE FOGÕES, BATEDEIRAS, FORNOS E ARTIGOS PARA COZINHA INDUSTRIAL; COMERCIO VAREJISTA DE ROÇADEIRAS; COMERCIO VAREJISTA DE MOTOR-SERRAS; COMERCIO VAREJISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUARIO, PARTES E PEÇAS; COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS; COMERCIO ATACADISTA DE CALÇADOS; COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO; COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS; COMERCIO ATACADISTA DE MAQUNAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL, PARTES E PEÇAS; COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUARIO, PARTES E PEÇAS ; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE PERFUMARIA; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL; COMERCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO; COMERCIO ATACADISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS; COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO; COMERCIO

*** : : : : :
**ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA
 ME**

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

ATACADISTA DE PRODUTOS SIDERURGICOS E METALICOS; COMERCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS; CONSTRUÇÕES DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE; MONTAGEM DE ESTRUTURA METALICAS; OBRAS DE FUNDAÇÕES; OBRAS DE URBANIZAÇÃO, RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM OBRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL; COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO DE SEGURANÇA DO TRABALHO; COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO; COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS; COMERCIO ATACADISTA DE TINTAS, VERNIZES; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTA RODOVIARIAS E AEROPORTOS; LOCAÇÃO E VENDAS DE CONTEINER; LOCAÇÃO E VENDA DE GERADORES; LOCAÇÃO E VENDA DE ESTANTES PARA FEIRAS.

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica, quando exigida pela legislação vigente, será de profissionais legalmente habilitados, sócios ou não.

CLÁUSULA OITAVA - A Sociedade teve início em 16/06/2014, e sua duração é por tempo indeterminado, podendo, no entanto, ser dissolvida a qualquer tempo, uma vez observada a legislação em vigor e as disposições do presente contrato.

Do Capital e das Quotas

CLÁUSULA NONA - O capital social, de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), constituído de 50.000 (Cinquenta Mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, tem a seguinte composição:

<i>Name do Sócio</i>	<i>Quotas</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
Robson Patrik Soares	49.500	49.500,00	99%
Tainara Soares	500	500,00	1%
Total.....	50.000	50.000,00	100%

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstas para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3º - Verificada a mora, poderá, por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 4º - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

§ 5º - As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento do outro sócio, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las.

CLÁUSULA DÉCIMA - O sócio participa dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

Parágrafo Único: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

DA ADMINISTRAÇÃO, REMUNERACÃO E CONTABILIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Administração da sociedade será exercida Isoladamente pelo sócio Robson Patrik Soares.

§ 1º O(s) administrador(es) têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade.

§ 2º O(s) administrador(es) receberá o valor de um salário mínimo a título de "pró labore" mensal.

§ 3º É vedado o(s) administrador(es) fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4º - O(s) administrador(es) responde isoladamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

§ 5º - A prática dos atos a seguir relacionados dependerão sempre de autorização expressa de ambos os sócios que detenham a maioria do capital social: adquirir, alienar ou onerar bens móveis e imóveis; declaração, destinação e distribuição de lucros; a compra, venda, locação, cessão em comodato, ou qualquer outra forma de oneração de bens do ativo fixo, móveis e/ou imóveis, cujo valor individual exceda o limite fixado, por escrito, entre os sócios; a contratação de empréstimo ou financiamento de qualquer valor; a aquisição, alienação ou oneração de participações societárias, exceto as de incentivo fiscal; o pedido de concordata ou de ato falêncio e a contratação e nomeação de procurador judicial para a representação da sociedade em juízo, ou para a prática de um único ato jurídico e relacionado à administração ordinária da sociedade.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios,

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA
ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

DO EXERCICIO SOCIAL, BALANCO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – As deliberações dos sócios, serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelos administradores.

§ 1º - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2º - As publicações serão feitas através de E-mail ou cartas.

§ 3º - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

§ 5º - Realizada a reunião dos trabalhos e deliberações, será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será, apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 6º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em Segunda, com qualquer número.

DAS DELIBERAÇÕES DOS SOCIOS

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de Liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) recuperação judicial.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA

§ 1º – As deliberações dos sócios serão tomadas:

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA
ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

- I) pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";
 - II) pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h";
 - III) pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.
- § 2º - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.
- § 3º - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

DA SAIDA DOS SOCIOS

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo Único: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do *de cuius*, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo *de cuius*, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA
ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

§ 3º No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4º - Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.

CLÁUSULA DECIMA NONA - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

DO EXERCICIO SOCIAL, BALANCO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA VIGÉSSIMA - exercício social coincidirá como o ano civil.

§ 1º - Anualmente, em 31 de Dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feitas as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar;

§ 2º - Será convocada reunião dos sócios para: a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial; b) designar administradores, quando for o caso; c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

§ 3º - Da votação das contas e balanço não poderão fazer parte os administradores.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA VIGESIMA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece BLUMENAU.

CLÁUSULA VIGESIMA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

JUDESC 1618

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 2 DA SOCIEDADE RP COMERCIAL LTDA
ME

CNPJ nº 20.604.417/0001-70

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

BLUMENAU, 30 de janeiro de 2017.

Robson Patrik Soares

ROBSON PATRIK SOARES

CPF: 060.597.079-39

Tainara Soares

TAINARA SOARES

CPF: 094.106.139-65

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/02/2017 SOB Nº: 20178500526
Protocolo: 17/850052-6, DE 17/02/2017

Empresa: 42 2 0520289 1
RP COMERCIAL LTDA ME


ROBERTA WEBER
SECRETÁRIA GERAL EM EXERCÍCIO